



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

NERIANE DA SILVA ARAÚJO

**A EDUCAÇÃO INTEGRAL NO PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO:
ESTRATÉGIAS E DESAFIOS NA ESCOLA SENADOR HUMBERTO LUCENA, EM
DONA INÊS-PB.**

**GUARABIRA – PB
2020**

NERIANE DA SILVA ARAÚJO

**A EDUCAÇÃO INTEGRAL NO PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO:
ESTRATÉGIAS E DESAFIOS NA ESCOLA SENADOR HUMBERTO LUCENA, EM
DONA INÊS-PB.**

Trabalho de Conclusão de Curso ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Políticas Públicas da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Especialista em Educação e Políticas Públicas.

Linha de pesquisa: Estado, educação e políticas públicas.

Orientadora: Profa. Ms. Débora Regina Fernandes Benício

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A658e Araujo, Neriane da Silva.

A educação integral no Programa Novo Mais Educação [manuscrito] : estratégias e desafios na Escola Senador Humberto Lucena, em Dona Inês-PB / Neriane da Silva Araujo. - 2020.

45 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Educação e Políticas Públicas) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa , 2020.

"Orientação : Profa. Ma. Débora Regina Fernandes Benício , Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."

1. Educação Integral. 2. Novo Mais Educação. 3. Políticas Públicas. I. Título

21. ed. CDD 370

NERIANE DA SILVA ARAÚJO

**A EDUCAÇÃO INTEGRAL NO PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO:
ESTRATÉGIAS E DESAFIOS NA ESCOLA SENADOR HUMBERTO LUCENA,
EM DONA INÊS-PB.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Políticas Públicas da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Especialista em Educação e Políticas Públicas.

Linha de Pesquisa: Estado, Educação e Políticas Públicas.

Aprovada em: 23/10/2020.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Ma. Débora Regina Fernandes Benício (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (DE-UEPB)



Prof. Dr. Marcelo Saturnino da Silva (Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (DE-UEPB)



Profa. Dra. Germaña Alves de Menezes (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (DE-UEPB)

A todos que me apoiaram, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela saúde, disposição, e pela força que encontro na Fé para prosseguir em busca dos meus sonhos, superando todos os desafios que possam vir.

À minha família, por estar sempre ao meu lado, me apoiando e entendendo minhas ausências em muitos momentos familiares. Em especial a minha mãe, que é minha amiga, minha maior incentivadora, aquela que acredita em mim sempre, e que me dá forças para vencer as dificuldades que eu encontro pelo caminho.

Ao meu marido e meu filho, pelo companheirismo, apoio, por serem tão compreensivos nos momentos mais difíceis dessa caminhada até aqui.

À minha querida orientadora, que sem dúvida, sem sua contribuição jamais eu poderia chegar até aqui, obrigado por todo apoio e por me incentivar sempre para o melhor.

Ao meu primo e amigo Alexandre, pela paciência e pelas contribuições neste trabalho, sua ajuda foi essencial.

Aos professores, coordenadores do curso de Especialização da universidade Estadual da Paraíba (UEPB), funcionários pela presteza, aos palestrantes e tantos outros que de forma direta contribuíram para minha formação e para a realização do meu sonho.

Aos meus companheiros de sala que dividiram comigo grande parte de momentos importantes para a minha vida acadêmica, os debates, a construção do conhecimento, sem dúvida foi base para este dia acontecer.

Obrigado a todos!

Educação não transforma o mundo.
Educação muda as pessoas.
Pessoas transformam o mundo.

Paulo Freire.

RESUMO

O Novo Mais Educação configura-se como uma estratégia do governo Federal para ampliar a jornada escolar do ensino fundamental das escolas. Este trabalho tem o objetivo geral refletir sobre a Educação Integral no âmbito do Programa Novo Mais Educação (PNME) na Escola Senador Humberto Lucena, de nível fundamental II. Como objetivos específicos foram adotados: a) apresentar uma breve trajetória histórica do Programa Novo Mais Educação; b) compreender e analisar as estratégias e os desafios da ampliação da jornada escolar abordando o Programa Novo Mais Educação; c) problematizar as dificuldades de uma Educação Integral no nosso contexto político, social, econômico e cultural atualmente, discutindo as dificuldades a partir da realidade e experiência de uma escola da rede Municipal de ensino; d) analisar quais estratégias utilizadas para o desenvolvimento do programa, apontando os pontos positivos e negativos da Educação Integral; e) refletir acerca das contribuições deste Programa; e) compreender quais foram os resultados obtidos com a ampliação da jornada escolar. Para a elaboração deste trabalho foi feito um levantamento bibliográfico para referencial teórico e embasamento do texto e uma pesquisa de campo, com abordagem qualitativa, a partir da aplicação de um questionário, para um estudo de caso da escola com os atores (uma coordenadora municipal, um coordenador facilitador e uma gestora) que participaram do programa Novo Mais Educação (PNME) na instituição de ensino no período de 2017-2018. Para fundamentação teórica foram consultados autores tais como: Moacir Gadotti, Jaqueline Moll, Celi Scallon, Orlandil Moreira, Teresa Cristina Faria, dentre outros, e alguns documentos legais, entre eles o Caderno de Orientações do Programa Novo Mais Educação e do Mais Educação, além de portarias e resoluções que autorizam a execução dos Programas. Como resultado, esta pesquisa apresenta o contexto da Educação Integral proposta no programa, bem como o impacto dessa modalidade de ensino na realidade da referida localizada em Dona Inês, destacando sua organização, desenvolvimento, progresso e retrocesso na qualidade do ensino-aprendizagem e no desenvolvimento social dos alunos. A pesquisa constatou que a Educação Integral proposta neste Programa contribuiu para o processo de ensino aprendizagem no Município, sobretudo, na formação cidadã, e possibilitou a reflexão sobre a realidade do PNME, contextualizando a prática educativa, propondo assim novos debates para a formulação de novas alternativas educacionais no âmbito da educação em tempo integral.

Palavras-Chave: Educação Integral; Novo Mais Educação; Política Pública.

ABSTRACT

The Novo Mais Educação is configured as a strategy of the Federal government to extend the school day of elementary schools. This work has the general objective of reflecting on Integral Education within the scope of the Novo Mais Educação Program (PNME) at Escola Senador Humberto Lucena, of fundamental level II. Specific objectives were adopted: a) to present a brief historical trajectory of the Novo Mais Educação Program; b) understand and analyze the strategies and challenges of expanding the school day by addressing the Novo Mais Educação Program; c) problematize the difficulties of Integral Education in our political, social, economic and cultural context today, discussing the difficulties based on the reality and experience of a school in the Municipal teaching network; d) analyze which strategies are used for the development of the program, pointing out the positive and negative aspects of Integral Education; e) reflect on the contributions of this Program; e) understand what were the results obtained with the extension of the school day. For the elaboration of this work, a bibliographic survey was made for the theoretical framework and the basis of the text and a field research, with a qualitative approach, based on the application of a questionnaire, for a case study of the school with the actors (a municipal coordinator, a facilitating coordinator and a manager) who participated in the Novo Mais Educação (PNME) program at the educational institution in the period 2017-2018. For theoretical foundation, authors were consulted such as: Moacir Gadotti, Jaqueline Moll, Celi Scallon, Orlandil Moreira, Teresa Cristina Faria, among others, and some legal documents, among them the Guidelines for the Novo Mais Educação and Mais Educação Program, in addition to ordinances and resolutions that authorize the execution of the Programs. As a result, this research presents the context of Integral Education proposed in the program, as well as the impact of this teaching modality in the reality of the one located in Dona Inês, highlighting its organization, development, progress and setback in the quality of teaching-learning and development students' social. The research found that the Integral Education proposed in this Program contributed to the teaching-learning process in the Municipality, above all, in the citizen formation, and made possible the reflection on the reality of the PNME, contextualizing the educational practice, thus proposing new debates for the formulation of new ones. educational alternatives within the scope of full-time education.

Keywords: Comprehensive Education; Novo Mais Educação; Public Policy.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Nível de formação dos participantes do programa.....	27
Quadro 2 –	Problemas enfrentados pelos pais para a participação no PNME.....	28
Quadro 3–	Dificuldades encontradas pelos coordenadores e gestão.....	28
Quadro 4 –	Pontos negativos da execução do programa.....	30
Quadro 5 –	Pontos positivos da execução do programa.....	31

LISTA DE SIGLAS

AEE	–	Atendimento Especializado Educacional
CAED	–	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CECR	–	Centro Educacional Carneiro Ribeiro
CIEPS	–	Centros Integrados de Educação Pública
CONSED	–	Conselho Nacional de Secretários de Educação
CRAS	–	Centro de Referência de Assistência Social
EJA	–	Educação de Jovens e Adultos
FNDE	–	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	–	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	–	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	–	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MDS	–	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MINC	–	Ministério da Cultura
ME	–	Ministério do Esporte
MEC	–	Ministério da Educação e Cultura
PDDE	–	Programa Dinheiro Direto da Escola
PDE	–	Plano de Desenvolvimento pela Educação
PME	–	Programa Mais Educação
PNAE	–	Plano Nacional de Alimentação Escolar
PNE	–	Plano Nacional de Educação
PNME	–	Programa Novo Mais Educação
PPP	–	Projeto Político Pedagógico
PT	–	Partido dos Trabalhadores
SEB	–	Secretaria de Educação Básica
UEx	–	Unidades Executoras
UNDIME	–	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO INTEGRAL	13
2.1 NOVO MAIS EDUCAÇÃO E SUA EXECUÇÃO	18
3. METODOLOGIA	21
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	23
4.1 PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO: COMO FUNCIONOU NA ESCOLA MUNICIPAL SENADOR HUMBERTO LUCENA.....	23
4.2 PROFESSORES E COLABORADORES DO PROGRAMA	26
5 CONCLUSÃO	34
REFERÊNCIAS	38
APÊNDICE	40

1 INTRODUÇÃO

O Programa Novo Mais Educação reformula o planejamento das práticas pedagógicas na escola, incluindo novas alternativas metodológicas no currículo, ampliando o espaço da escola para além dos seus muros, valorizando os espaços sociais e culturais de seus territórios. Com uma proposta de política pública voltada para a educação, o Programa se desenvolveu de forma articulada com o Plano de Desenvolvimento pela Educação (PDE), o Ministério de Educação e Cultura (MEC), Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), Ministério do Esporte (ME) e o da Cultura (MINC), financiado pelo Governo Federal através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação (FNDE), contou com o apoio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), vinculados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Sua operacionalidade está vinculada à Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SALES, MENEZES, 2015, p. 39). Assim este Programa visa melhorar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

A discussão desse tema é relevante para propor novas alternativas, debates e estratégias voltadas para a ampliação da jornada escolar. Além de propor tempos e espaços educativos que são planejados para repensar propostas educativas no país, visando ampliar o debate da Educação Integral na sociedade, sua contribuição na formação cidadã dos indivíduos, considerando os avanços históricos discutidos acerca do tema.

Apresentamos como problema para esta pesquisa: Quais as estratégias e os desafios do Programa Novo Mais Educação na Escola Senador Humberto Lucena, em Dona Inês-PB.

Este trabalho tem o objetivo geral de refletir sobre a Educação Integral no âmbito do Programa Novo Mais Educação (PNME) na Escola Senador Humberto Lucena, de nível fundamental II. Situada na cidade de Dona Inês-PB. A escola foi contemplada em 2017 com o Programa do Governo Federal, desenvolvido pelo Ministério da Educação em parceria com Estados e Municípios desde 2008. Como objetivos específicos adotamos: a) apresentar uma breve trajetória histórica do Programa Novo Mais Educação; b) compreender e analisar as estratégias e os desafios da ampliação da jornada escolar abordando o Programa Novo Mais Educação; c) problematizar as dificuldades de uma Educação Integral no nosso contexto político, social, econômico e cultural atualmente, discutindo as dificuldades a partir da realidade e experiência de uma escola da rede Municipal de ensino; d) analisar quais estratégias utilizadas para o desenvolvimento do programa, apontando os pontos positivos e

negativos da Educação Integral; e) refletir acerca das contribuições deste Programa; e) compreender quais foram os resultados obtidos com a ampliação da jornada escolar.

Para a elaboração deste trabalho foi feito um levantamento bibliográfico para referencial teórico e embasamento do texto; pesquisa de campo na escola, tendo em vista um estudo de caso da Escola Senador Humberto Lucena com os atores que participaram do programa Novo Mais Educação (PNME) na referida instituição de ensino e uma conversa informal a respeito do tema. Os sujeitos desta pesquisa são: uma coordenadora municipal, a qual chamaremos por L.A.; o coordenador facilitador que chamaremos de L.M; e a gestora da escola no período do desenvolvimento do programa chamada de I.F. A pesquisa foi realizada no mês de agosto de 2020, sendo aplicado um questionário aos participantes deste estudo, onde eles responderam questões a respeito do tema, o questionário estará disponível nos apêndices. Todos os participantes desta pesquisa receberam um termo de consentimento livre e esclarecido e a escola ofereceu um documento para autorização da realização deste estudo. Soma-se a isto, que este trabalho é de natureza qualitativa.

Para a discussão de cunho bibliográfico, utilizamos de livros e artigos acadêmicos que possibilitaram a elucidação sobre a problemática do tema. Além disso, trabalhamos com projetos/leis governamentais e críticas às suas disposições, práticas e intencionalidades.

O trabalho está dividido e organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo, *Caminhos para uma Educação Integral*, é feito um levantamento histórico em torno da Educação Integral no Brasil e o caminho que percorreu; o segundo capítulo, intitulado *Novo Mais Educação e sua Execução*, trata sobre o Novo Mais Educação (PNME), seus objetivos e estratégias, manuais, resoluções e portarias para vigorar no país; no terceiro capítulo, trazemos a metodologia deste trabalho; no quarto capítulo, trazemos os resultados e discussões acerca do referido Programa que funcionou na Escola Senador Humberto Lucena no período de 2017 a 2018. Neste capítulo, percorremos o caminho do desenvolvimento do programa e os desafios encontrados pelos atores no PNME na referida escola. Além disso, foram registradas as suas contribuições e dificuldades a partir da ótica dos entrevistados. E por fim, trazemos a conclusão.

Registramos ainda que a autora deste trabalho atuou na condição de mediadora da aprendizagem no período em estudo.

Desse modo, o trabalho desenvolvido é fruto de um projeto que visou destacar a importância da Educação Integral no desenvolvimento social dos alunos, levando em conta suas contribuições e desafios, enfrentados por aqueles que vivenciaram o programa. Além disso, discute alternativas de ensino, práticas e metodologias que ampliem a contribuição da

sociedade no processo de ensino aprendizagem, dos espaços educativos e da jornada escolar. Essa experiência do município de Dona Inês será relevante na contribuição de novas práticas e debates acerca do tema, na construção de uma educação de qualidade, humanizadora e formadora de uma educação cidadã. Consideramos ainda importante destacar que o trabalho foi desenvolvido durante a pandemia de Covid 19 que assola o mundo, sendo assim a pesquisa limitou-se ao modelo online, tendo em vista o distanciamento social exigido pelos órgãos de saúde como prevenção a doença.

2 CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO INTEGRAL

A história da educação brasileira passa por muitos desafios no decorrer de sua construção, o principal deles é como promover uma educação de qualidade para todos, rompendo com paradigmas e contrapondo-se a modelos conservadores e excludentes. A Educação Integral tem percorrido um caminho importante, compondo maioria dos debates atualmente, construindo campos de reflexão, debates, projetos, decorrentes de várias temáticas. Essa discussão tem criado um cenário propício para implementação de novas alternativas educacionais que rompam com as problemáticas cotidianas do ensino público brasileiro, a qual segundo Gadotti:

No Brasil, o abandono escolar gira em torno de 20% e a reprovação causa uma defasagem idade-série em torno de 40%. Essa exclusão custa mais caro ao país do que qualquer inovação educacional. O Brasil está investindo hoje em presídios o que deixou de investir, no passado, na escola pública. Para reverter essa situação precisamos de outra educação. Não basta investir na educação e no trabalho. É preciso investir na cidadania, na democracia como modo de vida social, na formação para e pela cidadania, para o exercício da cidadania desde a infância. A população tem o direito de saber quais são os seus direitos e deveres (2009, p. 57).

Segundo Gadotti, a falta de investimentos e recursos em educação tem custado o desenvolvimento social, tanto quanto a pouca formação para a nossa sociedade. Cada vez que se constrói um sistema carcerário no país, se gasta o que deixou de investir na formação desse ser cidadão lá no passado. Não basta o Estado dar as ferramentas para o trabalhador desenvolver seu trabalho, é preciso que ele saiba manusear tais recursos. Essa educação de formação cidadã é que promove o desenvolvimento social, media o conhecimento dos direitos e deveres do cidadão e, conseqüentemente, desenvolve o campo de trabalho, de qualificação profissional. Esse cenário tem de fato favorecido as políticas públicas para Educação Integral, nelas a possibilidade de expandir e articular estratégias no campo da diversidade, respeito, valorização das diferentes culturas e propiciar um modo de vida harmônico e respeitoso numa sociedade repleta pela diversidade incompreendida, conflituosa e preconceituosa. Também surge como alternativa para diminuir as desigualdades sociais existentes. Como esclarece Leclerc e Moll (2012, p. 4):

As políticas de Educação Integral e em tempo integral foram invocadas e retomadas, neste momento histórico, com suas condições conjunturais e estruturais, desta

primeira década dos anos 2000, graças ao reconhecimento de seu papel como política positiva para enfrentamento das desigualdades sociais e, conseqüentemente, das desigualdades educacionais.

Essa estratégia indutora de políticas educacionais e sociais auxilia na criação de novos debates e agendas que favorecem reflexões e novas práticas impulsionadoras de educação. O processo de Educação Integral no Brasil se dá em diversos momentos da história educacional do país. Na busca incessante por práticas exitosas para promover e estabelecer um ensino básico que forme pessoas cidadãs, as experiências educacionais em tempo integral tiveram início muito antes do que possamos imaginar.

Hoje, quando falamos em escola de tempo integral e realizamos uma retrospectiva histórica desse modelo educacional, pontuamos o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (MEC, 1932), cujo projeto era a renovação da escola tradicional no Brasil, que destacava como direito biológico a formação integral do ser humano, cabendo ao estado assegurar este direito, disponibilizando acesso dos cidadãos à escola, com mecanismos que propiciassem desenvolvimentos dos alunos para além dos conteúdos escolares (MEC, 1932).

Em referência a outros projetos que vigoraram no país, pensando uma educação integrada, destacamos a experiência da “Escola Parque”, de Anísio Teixeira (1900-1971); e os Centros Integrados de Educação Pública, os CIEPS, de Darcy Ribeiro (1922-1997), que foram pioneiros nesse modelo educacional. Anísio Teixeira, um dos principais apoiadores do Manifesto citado acima foi também precursor no desenvolvimento da Educação Integral no país, algo que lhe conferiu projeção internacional.

O projeto educacional de Anísio Teixeira, iniciado com o Centro Educacional Carneiro Ribeiro (CECR), previa a construção de centros populares de educação em todo o Estado da Bahia, para crianças e jovens de até 18 anos. O Centro era composto de quatro “Escolas-Classe” e de uma “Escola Parque”. A proposta visava alternar atividades intelectuais com atividades práticas, como artes aplicadas, industriais e plásticas, além de jogos, recreação, ginástica, teatro, música e dança, distribuídas ao longo de todo o dia (GODOTI, 2009). Nesse projeto, a estrutura física da escola era ampliada para receber as atividades propostas pelo programa, formando uma totalidade de oferta de espaços educativos e atividades educacionais no âmbito escolar, tendo como objetivo principal a formação além de conteúdos.

Darcy Ribeiro, com propósitos próximos aos de Anísio Teixeira, pensou e trabalhou alguns projetos que vigoraram antes do Golpe Militar, dentre eles a criação da Universidade de Brasília, mas com seu exílio em 1964 o projeto foi interrompido. Após o Golpe Militar, Darcy Ribeiro retorna ao país e é eleito vice-governador do Rio de Janeiro em 1982, onde ao

lado de Leonel Brizola projeta implementar um programa de educação até então inédito no país, os CIEPS, que consistiam em centros integrados de educação pública. Esse projeto foi pioneiro no Brasil a desenvolver a possibilidade de Educação Integral, ofertados para alunos de baixa renda, tendo em vista a vulnerabilidade na qual esse público estava inserido.

Os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPS), quando criados na primeira gestão (1983-1987) do governador Leonel Brizola (1922-2004), no Estado do Rio de Janeiro, retomaram o projeto de escola pública de tempo integral de Anísio Teixeira, com o fim de oferecer Educação Integral à criança [e adolescentes]. [...] Trata-se de complexos escolares que incluíam gabinete médico e odontológico, bibliotecas, quadras de esporte, refeitório etc. (GADOTTI, 2009, p. 25).

Criando uma política educacional assistencialista, prestando serviços essenciais a camadas sociais menos favorecidas esquecidas pelo Estado, em sua grande maioria esses espaços eram configurados para receber crianças e adolescentes que viviam em situação de vulnerabilidade. Essas experiências são uma extensão de ampliação de espaços educativos dentro da escola.

Os CIEPS pareciam de fato ter inovado a educação no país, mais por sua vez este projeto educacional não se manteve de pé com a chegada de outros governos. No Brasil, infelizmente, a educação opera de acordo com os interesses políticos daqueles que estão no comando e, conseqüentemente, esses centros foram interrompidos. Os referidos Centros Educativos passaram a operar como modelos comuns da rede estadual de educação. Além dos precursores do ensino integral, mais adiante teremos outro marco importante que advém dos termos da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação* (BRASIL, 1996), que em seu artigo 34, lei nº 9.394, faz referência à progressão e ampliação do tempo de permanência diário do estudante na escola, assim como prevê o Plano Nacional de Educação (PNE, 2001-2011).

Anísio Teixeira (1900-1971) e Darcy Ribeiro (1922-1997) pensaram uma educação que formasse o cidadão em sua completude, deixando um legado, sendo inovadores na prática de uma perspectiva educacional que levasse em conta a vida do sujeito, sua cultura, o espaço em que ele vive, a família, tanto quanto sua posição política, crítica e cidadã, proporcionando diversas maneiras de entender e vivenciar o mundo, a partir do espaço escolar, propondo ampliação desse “lugar educador”, para uma sociedade que não desfruta de possibilidades de participar da cultura, esporte e lazer, tendo em vista o abismo social no qual estamos inseridos. Mas, apesar da diversidade de políticas educacionais no âmbito da Educação Integral terem tido uma agenda no país, com práticas exitosas, não houve efetivação até então de nenhuma dessas citadas acima como uma política educacional de estado. Uma das possibilidades do não sucesso dessas alternativas de escola em tempo integral foi à falta de

recursos destinados para manutenção e continuidade desses centros educacionais. Elas são citadas por Anísio Teixeira (apud SALES; MENEZES, 2015, p. 24):

O ensino público deveria ser articulado numa rede até a universidade. Anísio propôs ainda a criação de fundos financeiros para a educação, mas, mesmo com o atual Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), os recursos são insuficientes para sustentar esse modelo de escola.

A falta de investimento e de recursos cada vez mais escassos na pasta da educação no país configura tão somente o descaso daqueles que estão no poder. Sendo assim, não basta criar leis, resoluções, fundos para financiamentos se a destinação desses recursos não for de fato investida no que é prioridade neste e em qualquer país. A educação precisa ser pauta de projetos de vida e não uma pasta a parte das demais que envolvem a sociedade civil.

Só a partir de 2007, no então governo do Presidente Lula da Silva (PT) e com aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), com aumento de recursos, diferentes práticas para ampliação da jornada escolar ganharam destaque no âmbito da educação em tempo integral.

Com investimento, planejamento e planos de ações, esse período da história brasileira foi um marco para efetivação de políticas educacionais e criação de programas, que possibilitou a outras camadas da sociedade adentrar aos espaços educacionais antes restritos à população mais pobre. Além das experiências de Anísio Teixeira (1900-1971) e Darcy Ribeiro (1922-1997), nessa perspectiva, vale destacar que outras experiências foram importantes neste campo da Educação Integral, de acordo com Gadotti, outras vivências foram oportunizadas em outros momentos no país, a exemplo da cidade de Vitória (ES) com

[...] O programa Educação em tempo integral da Prefeitura, iniciado em 2005, oferece aos alunos do ensino infantil e fundamental, em situação de risco pessoal e social, assistência integral por meio de um conjunto de políticas sociais integradas e articuladas pelo poder público municipal. Esse programa oferece acesso a bens culturais diversos como teatro, música, dança, cinema, esporte, literatura, educação ambiental e educação para o trabalho (GADOTTI, 2009, p. 68).

Para uma sociedade marcada pelo descaso, pela falta de recursos, de emprego que de fato impede a geração de renda nas famílias, articular programas educacionais desse nível pode trazer um bem estar social e de fato garantir mudanças nas estruturas sociais. Outro projeto que visou garantir uma educação cidadã foi *A Escola Solidária* (2005) que tinha como objetivo promover uma cultura voluntária educativa e a solidariedade, entendendo que esse trabalho visa cumprir o objetivo escolar de formar cidadãos.

Outro programa, o Bairro-Escola, é mais um dos projetos que visaram destacar a formação do aluno em sua comunidade, traçando objetivos, considerando os espaços e a cultura de cada indivíduo, pois eles propõem novos lugares e articulam novas atividades educativas para a formação integral dos alunos, além da leitura e da escrita dentro do ambiente escolar, ampliando sua visão de mundo, utilizando-se dos espaços para uma formação social, numa lógica que o processo de ensino aprendido se dá de maneira contínua. Essas experiências foram de grande valia para adequar e reavaliar a possibilidade de criação de outras ações que viabilizem este modelo educacional que objetiva a melhoria da qualidade do ensino e articula uma educação no seu sentido mais amplo.

O programa 'Escola Bairro de Nova Iguaçu' no Rio de Janeiro teve início em 2005, que inspirado nos princípios da Cidade Educadora (conceito de cidade que tem como objetivo um trabalho educativo em conjunto com a sociedade para o bem estar da comunidade), identificando lugares fora da escola e mobilizando pessoas para o processo de educação e construção da cidadania. Na escola, o programa dispõe de coordenação do horário integral, de aprendizagem, das oficinas culturais e esportivas. Estagiários e estudantes do Ensino Médio ou Superior acompanham as crianças na mobilidade pelo bairro (GADOTTI, 2009, p. 69).

Essas experiências abriram discussões para a formação e desenvolvimento do Programa Novo Mais Educação, que em sua história teve duas formações que se diferem durante o período em que vigorou no país. Na primeira, o Programa Mais Educação foi efetivado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, pelo Decreto nº 7.083/2010, como parte integrante das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE, 2007), como uma política pública do Governo Federal com o objetivo de promover a diminuição das desigualdades educacionais no Brasil, valorizando a cultura, ampliando os espaços de aprendizagem dos alunos, garantindo a alimentação, cultura, esporte e o lazer. Na sua primeira experiência, o programa se consagrou a partir de 2010, quando foi implementado nas escolas Municipais e Estaduais de todo o país, com a perspectiva de ampliação da jornada escolar, intitulado como *Mais Educação* e com objetivo de promover uma educação cidadã, informal, cultural e integral, que vigorou até 2014.

Em 2016, o programa vivenciou seu segundo momento, intitulado *O Programa Novo Mais Educação*, foi efetivado pela portaria do MEC nº 1.144, de 10 de outubro de 2016, como estratégia do Governo Federal para melhoramento do processo de ensino e aprendizagem e estabeleceu estratégias pedagógicas focadas no acompanhamento pedagógico, com reforço escolar, priorizando as disciplinas de matemática e português, atuante na alfabetização e letramento de crianças e adolescentes em processos avaliativos. Mediante a complementação da carga horária, de cinco a quinze horas semanais, no contraturno do horário regular,

oferecendo diversas atividades, entre elas oficinas de artes, cultura, esporte e lazer e vigorou até 2019 devido ao atraso de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

2.1 NOVO MAIS EDUCAÇÃO E SUA EXECUÇÃO

Em 2017, na transição governamental que o país sofreu após o golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff, sendo colocado em seu lugar o seu vice Michel Temer, que reformulou o programa Mais Educação, dando lugar ao Novo Mais Educação (PNME). O referido Programa sofreu varias críticas em sua gênese, pela grande maioria dos especialistas da área de Educação Integral. O então presidente com seu Ministro da Educação Mendonça Filho qualificou como melhoria para o ensino a ampliação das aulas de aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Fundamental por meio do PNME, aumentando a jornada escolar. O histórico de Educação Integral no país evidencia a grande discussão sobre esse novo modelo educacional, que pensa que através dessas experiências podemos expandir novas estratégias para a ampliação da jornada escolar, dentro e fora da escola.

O princípio da escola integral se baseia nos pilares democráticos da participação, da família, da comunidade escolar formando uma rede para ressignificar o espaço escolar e criar novas alternativas para desenvolver habilidades e valorização da cultura. Para Araújo e Sousa (2015, p. 74-75),

[...] a responsabilidade da Educação Integral não pode ser apenas da escola, mas também tem que ser das comunidades, a junção delas é que pode dar um novo significado faz suas práticas e saberes. [...] Direitos de todos e dever do estado são dois dos principais princípios da EI, sem deixar de perceber a importância da família, da sociedade, neste processo de formação cidadã.

A jornada escolar proposta pelo Programa na sua primeira versão como Mais Educação venho trazendo uma política pública de inclusão social, num contexto de extrema desigualdade educacional como o que temos aqui no Brasil, foi percurso para o trajeto de outras experiências. O Programa Mais Educação é uma política pública de enfrentamento das desigualdades educacionais existentes na sociedade brasileira (LECRERC; MOLL, 2012). Nela os atores sociais são chamados para participação, gerando benefícios para a sociedade. Para uma definição de Educação Integral, Faria (2012, p. 32) nos elucidada:

Numa definição mais prática, a Educação Integral é a que oportuniza as crianças e jovens aprenderem com mais autonomia, saberem tomar decisões, buscarem melhor

qualidade de vida, construir relações afetivas saudáveis, e se reconhecerem como sujeitos ativos e participantes. Enfim a Educação Integral é uma educação transformadora.

Essa via da ampliação do tempo e do espaço em diversos repertórios vem construindo vias de aprendizagens e ampliando a jornada escolar. Saindo relativamente dos muros da escola, o Programa encontra outras vertentes no ensino possíveis para uma educação baseada nos pilares sociais, culturais e de cidadania dos alunos. Nesse modelo proposto pelo Mais Educação, a ressignificação de espaços públicos e sociais, dos quais a sociedade reivindica, exercem sua fundamental cidadania, e constroem uma representatividade da base da esfera pública. Esse modelo de educação não formal, mas que está diretamente ligado à formação do indivíduo pressupõe conteúdos ligados à valorização das diferenças, da cultura local, dos direitos humanos e ambientais, nessa complexa relação entre escola e sociedade.

Segundo Gohn (2009), a Educação não formal cria cenários e paisagens urbanas, específicas de suas realidades, não vistas ou tratadas como objetos de estudos na área da educação. Ou seja, o aproveitamento local da realidade das cidades junto ao ensino e a comunidade escolar.

O PNME contou com um guia de orientações que conduziu as atividades e oficinas ao desenvolvimento, planejamento e estratégias para a execução do Programa, mas isso será assunto para adiante. Apesar de esta proposta de uma Educação Integral ser ainda uma via de mão dupla para a educação, ela por si só não é capaz de garantir as necessidades ainda presentes no ensino, mas pode promover uma maior oportunidade de socialização e cidadania para o alunado. Segundo Scalon (2011, p. 63):

O investimento em educação, que é indispensável para a promoção de equidade e bem-estar, nem sempre tem impacto direto e imediato sobre a pobreza e vulnerabilidade dos grupos privilegiados. Apesar de o programa ser uma alternativa de compensação nos estudos, ele deixa a desejar no aspecto de elevação tanto social, como educacional. Como vale salientar ele não é um milagre, ou uma solução, aparece como alternativa de política pública educacional para Educação Integral nas escolas públicas.

O programa tem sido de fato uma alternativa para diminuição dos ciclos de pobreza, pois, oferta em sua execução refeições, atendimento psicológico e articulado com outras políticas públicas criando condições para a diminuição da vulnerabilidade social dos indivíduos, compensando a defasagem nos estudos e criando novas possibilidades para uma educação cidadã. O Novo Mais Educação é uma proposta de Educação Integral que segundo Araújo e Sousa (2015, p. 73) consiste em propor uma educação diretamente ligada aos serviços públicos que oferecem atenção integral juntamente com a proteção social, ou seja,

requer políticas integradas, que percebam que além da educação o indivíduo necessita de desenvolvimento social, saúde, esporte e cultura. Garantindo a qualidade do tempo que será ampliado na escola, com atividades diferenciadas, contribuindo para a formação integral do aluno e respectivamente possibilitando a reconstrução e ressignificação dos espaços públicos e da cidadania. Sendo assim:

O baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), estabeleceu como prioridade a algumas regiões a implementação de políticas públicas redistributivas que em regime integral possa compensar a defasagem escolar e combater a pobreza. [...] De acordo com a Cartilha Passo a Passo (BRASIL, 2007) pelo Programa Novo Mais Educação nas escolas, a clientela atendida pelo Programa deverá ser de estudantes que estão em situação de risco, vulnerabilidade social, sem assistência; estudantes evadidos, em distorção idade/série; estudantes repetentes e com defasagem no processo de ensino-aprendizagem (ARAÚJO; SOUSA, 2015, p. 76-77).

É evidente que precisamos de alternativas para mudar e repensar algumas práticas pedagógicas no que confere o processo de ensino aprendizagem dos alunos, percebendo-se que não bastam leis e projetos no papel que configurem e garantam a qualidade no ensino na teoria, faz-se necessário que essas práticas vão além de manuais e resoluções. Vale ressaltar que precisamos de orientações, mas o desafio se encontra no campo de atuação, é nele que vamos focar nossas considerações. Desta forma, o município de Dona Inês – PB vivenciou a experiência do Programa Novo Mais Educação, na Escola Municipal Senador Humberto Lucena, de nível fundamental II, nos anos de 2017-2018.

Apesar de o Programa Novo Mais Educação estar classificado como educação formal, ele propõe aulas de campo em museus, em lugares de cultura e arte, aprendizagens do cotidiano, leituras lúdicas, práticas pedagógicas em processos educativos. Em suas oficinas, o programa traz alternativas como esporte, lazer, cultura, acompanhamento pedagógico, ofertados em quinze horas semanais de desenvolvimento das atividades garantindo assim maior acesso à comunidade local. Nessa perspectiva, o Programa propõe uma alternativa educativa para desenvolvimento do alunado para as diversas áreas do conhecimento, com ênfase no reforço escolar em Português e Matemática.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza qualitativa. Segundo Ludke e André (1986, p. 44),

[...] a pesquisa qualitativa, tem em sua característica principal o pesquisador como seu instrumento, coleta de dados descritivos, a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto, o significado que as pessoas dão as coisas e á sua vida, são focos de atenção especial pelo pesquisador, a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo.

Para a elaboração deste trabalho foram realizadas: uma pesquisa bibliográfica, uma revisão de narrativas, e uma pesquisa de campo para a um estudo de caso, a partir da aplicação de um questionário.

Para a pesquisa de cunho bibliográfico, utilizamos livros e artigos acadêmicos que possibilitassem a elucidação sobre a problemática do tema. Além disso, realizamos um estudo dos projetos/leis governamentais e crítica às suas disposições, práticas e intencionalidades.

Além da pesquisa bibliográfica foi realizado um estudo de caso, que segundo Godoy (1995, p.25) “[...] se caracteriza como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente, visando o exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito, ou de uma situação em particular”.

Este trabalho destaca a experiência da educação em tempo integral na escola Senador Humberto Lucena, tendo como problema a seguinte questão Quais as contribuições que o Programa Novo Mais Educação ofereceu durante sua vigência na escola em estudo?

O estudo de caso foi realizado na Escola Municipal Senador Humberto Lucena, de nível fundamental II da cidade de Dona Inês-PB, onde tem se desenvolvido o Programa, propondo uma análise das evidências que possibilitem a discussão. Ao apresentar os desafios desta modalidade de ensino na referida escola foi preciso realizar o levantamento do desenvolvimento do projeto da educação integral na escola de ensino fundamental II, nos anos 2017/2018, e sua importância e contribuição no desenvolvimento social e educacional do município.

Neste estudo, foram abordadas as experiências vividas pela coordenação pedagógica do período (2017) e pela diretora da Escola Senador Humberto Lucena, de nível Fundamental II, situada na cidade de Dona Inês-PB. O seu público-alvo era o de adolescentes, numa faixa etária de 11 a 16 anos. Foi preciso ainda o levantamento do desenvolvimento do projeto da educação integral utilizando o programa Novo Mais Educação e dos desafios encontrados pela equipe, assim como dos resultados obtidos com a experiência da educação integral na instituição.

Refletimos até que ponto a educação integral pode ajudar no desenvolvimento social do indivíduo. É importante ressaltar que ao produzir esta pesquisa colaboramos com o debate acerca das novas estratégias para o desenvolvimento do Programa nas escolas, como também acerca da proposta de ampliação do ensino integral como política pública de estado.

O objeto de pesquisa que neste caso é o Programa Novo Mais desenvolvido na Escola Municipal Senador Humberto Lucena, em Dona Inês-PB.

A pesquisa foi realizada no mês de agosto de 2020, quando foi aplicado um questionário aos sujeitos deste estudo.

Todos os participantes desta pesquisa receberam um termo de consentimento livre e esclarecido e a escola disponibilizou um documento para autorização da realização deste estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO: COMO FUNCIONOU NA ESCOLA MUNICIPAL SENADOR HUMBERTO LUCENA

A Escola Senador Humberto Lucena contou no ano de 2017, com dois programas ofertados pelo Governo Federal, sendo eles o Mais Cultura¹ e o Novo Mais Educação (PNME). Os critérios adotados para inscrição das Unidades Executoras (UEX) que estão regulares na Receita Federal é feita de acordo com as descrições exigidas pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) e pelo PDDE INTERATIVO².

O Programa Novo Mais Educação instituiu-se na escola em 2017, com uma média de 200 alunos. Neste mesmo ano, o Programa ofereceu as seguintes oficinas: Acompanhamento Pedagógico (Português/Matemática), Educação Patrimonial, Capoeira e Oficinas de Cerâmica/Escultura. Essas oficinas foram distribuídas em três dias semanais, sendo eles: segunda-feira, terça-feira e quinta-feira. O motivo desse quadro foi à disponibilidade dos profissionais que estavam envolvidos no Programa.

Neste período, a escola passou a oferecer almoço e desjejum, deixando o ambiente escolar mais prazeroso e garantindo alimentação aos alunos. O material destinado para a realização das oficinas foi financiado pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), junto do PDDE (Programa Dinheiro Direto a Escola).

A escola dispõe de uma quadra de esporte ampla com dois banheiros, onde acontecia maior parte das atividades. Tem um espaço físico amplo, dez salas de aula, laboratório de informática, biblioteca, auditório, dois banheiros de acesso aos alunos, um banheiro para portadores de deficiência, sala de professores, um banheiro para funcionários, sala da secretaria, sala da coordenação, sala da direção, sala de Atendimento Especializado Educacional (AEE), sala de atendimento psicológico; sala arquivo, cozinha, dispensa e um jardim na lateral do prédio, onde fica a horta.

A frente da escola também dispõe de bastante espaço, depósitos para material de limpeza e de material pedagógico e um corredor onde funcionavam as oficinas de cerâmica. A escola tem 24 professores, uma psicóloga, três psicopedagogas. Seu funcionamento pela manhã é de 07h00min às 11h00min, pela tarde das 13h00min às 17h00min. São funcionários

¹ Mais Cultura, programa de educação e cultura do Governo Federal.

² Programa Dinheiro Direto a Escola, interativo por ser uma plataforma digital que disponibiliza os recursos do Governo Federal para as instituições educacionais.

de apoio: o porteiro, um supervisor pedagógico, duas coordenadoras pedagógicas, dois coordenadores de disciplina, quatro auxiliares de limpeza, duas merendeiras, duas auxiliares administrativas e uma diretora. Foram atendidos na escola diariamente 772 alunos nos dois turnos.

São ofertados atendimentos e diagnósticos em diversas áreas, a exemplo da leitura e escrita com acompanhamento da coordenação pedagógica, visitas periódicas aos alunos considerados vulneráveis, acompanhados pela psicóloga e coordenação pedagógica, o município aderiu à plataforma direcionada a combater a evasão escolar conhecida como Busca Ativa, também conta com uma sala de correção de fluxo. É feito um acompanhamento e direcionado aos órgãos competentes para encaminhamento e resolução dos conflitos, que neste caso forma parceria com o Conselho Tutelar e Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município, somado a Secretaria de Saúde.

O Município de Dona Inês conta com 10.413 habitantes segundo dados do último censo em 2010 (IBGE). No IDEB referente a 2017, a educação dos alunos dos anos finais do ensino fundamental, chega a 4,8³. De acordo com Silva e Silva (2013, p. 703),

O IDEB é a principal referência de avaliação do PNME, sendo um dos principais critérios para a escolha das escolas. Vale ressaltar que esta escolha implica diretamente na destinação de recursos Federais aos Estados, Municípios e Distrito Federal.

Apesar do espaço aparentemente grande da escola, não foi suficiente para a realização do Programa. Pela quantidade de alunos, as dependências da escola tornaram-se precárias por não atender à demanda e ao número de alunos matriculados. Dessa maneira, o PNME viabilizou a expansão das aulas e atividades pedagógicas pelo entorno da cidade, abrangendo praças, campos, comunidades próximas, câmara de vereadores, museu, granja, pedreira, estendendo as possibilidades de aprendizagem. Para Silva e Silva (2013, p. 712),

[...] em relação às questões de espaços e tempos escolares, o programa propõe a superação de possíveis ideais de que ele chamou de hiperescolarização ou de escola como uma instituição total (Foucault, 1987), apontando como alternativas ações inspiradas no movimento de cidades educadoras, propondo a descoberta de novos territórios educativos para além dos muros da escola, no bairro e na cidade, em parceria com diversos sujeitos e educadores, realizem esse amplo projeto de educar e proteger.

O que infelizmente no Brasil está distante de acontecer, pois em muitas realidades pelo país a única instituição pública disponível é a escola, devido à precariedade em que se encontram muitas cidades, e a dificuldade para o acesso dos alunos, isso se estende a muitas

³ Informações tiradas do IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/dona-ines/panorama>. Acesso em: 20 set. 2020.

realidades brasileiras. Mesmo quando existe diversidade nas oportunidades de acesso a cultura, arte, esporte nas cidades elas nem sempre estão ao alcance de todos.

De acordo com as orientações do Caderno do PNME, indica-se um coordenador Municipal para gerir as escolas junto a Secretaria de Educação, os critérios para a escolha desse profissional foram os seguintes: que ele tivesse formação e engajamento com a Educação Integral e habilidades para realizar avaliações e projetos. A Secretaria Municipal recebeu *currículos vitae* e analisou de acordo com as necessidades das oficinas para selecionar os demais coordenadores (articuladores), esse articulador esteve lotado na escola em que coordenou junto dos Mediadores e oficinairos na execução das atividades. Essa seleção ocorreu de acordo com o currículo dos monitores⁴, em geral a qualificação exigida para ser mediador era ter um curso de licenciatura, que demonstrasse experiência na área da Educação Integral e alfabetização.

O maior problema relatado pelos entrevistados foi à falta de qualificação dos mediadores e facilitadores para a execução de algumas oficinas. Os planejamentos foram realizados semanalmente e muitas vezes não contavam com todos os profissionais que configuravam o programa, segundo relato de L.M que coordenou o programa como articulador “a falta de comprometimento por parte de alguns prejudica[va] a realização exitosa das atividades, mas a todo momento foi combatido esse comportamento pela equipe de coordenação”.

A estratégia de trabalho oferecida pela Secretaria de Educação do Município era precária, não no nível dos materiais que os recursos do Ministério da Educação (MEC) subsidiavam com excelência, mas na divisão da remuneração dos oficinairos (R\$ 120,00 por turma) e mediadores (R\$ 150,00 por turma), tabelado pelo caderno de orientação, mais dividido pela coordenação Municipal entre os participantes que iriam atuar nas oficinas. Assim sendo, o custo do trabalho e a carga horária extensiva das aulas eram muito cansativos, pois os mesmos oficinairos e mediadores atendiam os alunos dos dois turnos, segundo L.M, o que desmotivava os participantes que conduziam as oficinas.

Na escola, contamos com a participação de 13 oficinairos, sendo 8 mediadores de aprendizagem, que segundo o caderno de orientações do PNME ensinavam português/matemática, 5 facilitadores de aprendizagem, que atuavam nas oficinas de Patrimônio, cerâmica/escultura e capoeira. O ressarcimento (Termo utilizado pelo caderno de

⁴ Oficinairos e monitores exerciam funções similares. É importante ter conhecimento de que o termo Monitor era mais comumente usado no Mais Educação, no caso do Novo Mais Educação tendeu-se a utilizar Oficinairos e Mediadores da aprendizagem, como sendo os participantes responsáveis pelas oficinas. Disponível em: www.educacaointegral.org.br. Acesso em: 29 set. 2020.

orientações do Programa Novo Mais Educação) era feito pela Unidade Executora através de transferência eletrônica, de acordo com o número de turmas atendido por cada um. O Coordenador Municipal e o Coordenador Escolar eram pagos pela Prefeitura.

É importante ressaltar que todos os mediadores e facilitadores que atuaram no programa assinaram termo de voluntários, privando-os de qualquer vínculo empregatício com o Município, sendo ressarcidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação apenas com uma remuneração no modelo de uma bolsa, para suprir com alimentação e transporte. A escola ofertava duas refeições diárias para os alunos, uma no horário da manhã e a outra pelo horário da tarde no período regular, com a chegada do Programa Novo Mais Educação (PNME) a escola passou a oferecer quatro refeições, dentre elas desjejum, lanche das 9h, almoço e lanche das 15h.

Estas refeições eram compostas por um quadro nutricional específico, orientado pela nutricionista da rede municipal com alimentação diversificada e medida de acordo com as necessidades dos alunos. Segundo L.M, o desjejum acontecia às 07h30min, às 09h era o lanche e de 11h15min o almoço era servido aos alunos. Logo após o almoço, a dinâmica seguia com o banho dos alunos que iriam para o horário regular. Os demais que chegavam das aulas regulares após o almoço seguiam para as atividades nas oficinas. A última refeição era servida às 15h no período do lanche da tarde. As atividades eram desenvolvidas no auditório, na biblioteca, quadra, sala de correção de fluxo. A busca por espaços fora da escola foi muito comum nessa etapa. No período em estudo, foram utilizadas algumas aulas de campo e visitas a monumentos, pontos turísticos e históricos da cidade. Osicineiros e os mediadores seguiam um planejamento específico e em comum com o Projeto Político Pedagógico da escola (PPP).

No caderno de orientações pedagógicas, o Programa seguia um cronograma de sete (7) horas semanais, distribuídas no contraturno das aulas regulares, ofertando um total de cinco (5) aulas a mais, tendo em média três (3) oficinas por dia. O caderno oferecia desde orientações para a formulação das atividades, como também indicativos de atividades, materiais pedagógicos, sendo um manual para a execução do PNME. Segundo L.M, o planejamento seguia os descritivos de avaliação dos níveis, respeitando as potencialidades de cada aluno.

4.2 PROFESSORES E COLABORADORES DO PROGRAMA

A partir do questionário aplicado, apareceram as seguintes informações acerca do Programa em estudo:

Segundo a Coordenadora Municipal L.A, a escola contou com a atuação de 13 profissionais distribuídos entre Mediadores e Oficineiros:

Quadro 1 – Nível de formação do coordenador, dos mediadores, dos oficineiros e dos facilitadores

01	Coordenador do PNME na escola	Formação em Historia
02	Mediadores	Formação em Letras
03	Mediadores	Formação em Pedagogia
04	Mediadores	Formação em Pedagogia
05	Mediadores	Formação em Pedagogia
06	Mediadores	Formação em Pedagogia
07	Mediadores	Formação em Pedagogia
08	Mediadores	Formação em Administração
09	Facilitadora	Formação em Historia
10	Facilitador	Formação em Administração
11	Facilitador	Capoeira
12	Facilitador	Capoeira
13	Facilitador	Escultura/Cerâmica

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

A escola também contou com a Coordenadora Municipal que tem Formação em Letras, pela Universidade Estadual da Paraíba – Campus III, é especialista em Educação de Jovens e Adultos (EJA), pela Universidade Federal da Paraíba, é professora da rede Municipal de Dona Inês e da rede Municipal de Riachão, é coordenadora e formadora de Educação Integral do Município. No ano de 2017, o Município foi contemplado com o PNME em 14 Unidades Escolares. Ainda antes do início do programa, L.A confirmou haver formação específica por áreas do conhecimento para os mediadores e facilitadores, onde foram realizadas oficinas para apresentar o funcionamento do PNME. A visita à escola é o próximo passo após a formação, através dela que o coordenador e oficineiros conseguem entrar em contato com os materiais pedagógicos, espaço físico e conhecer os profissionais da escola. Além de preparar a acolhida das turmas para a execução das aulas.

As turmas foram divididas em números menores, 15 alunos por turma, e nas demais oficinas 30. Segundo a coordenadora Municipal L.A. a reunião de pais também foi uma importante ação do Programa, tendo em vista que nela o coordenador conseguiu identificar as possíveis dificuldades encontradas pelos pais, como também se estabeleceu os critérios para o recebimento dos alunos. Medidas de controle do programa para manter a ordem na escola, avisos e acordos foram firmados junto aos responsáveis, uma vez que estiveram todos os

alunos envolvidos em atividades integrais durante quinze horas semanais na escola. Os possíveis problemas e dificuldades também foram expostos pelos pais neste momento.

Para os entrevistados, os principais problemas enfrentados pelos pais para a participação no PNME estão destacados neste quadro:

Quadro 2

01	L. A	O aumento do tempo na escola
02	L. M	A ausência dos alunos nas atividades realizadas em casa
03	I. F	A falta de interesse de alguns alunos

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Desse modo, a escola buscou alternativas e dialogou possibilidades para que, posteriormente, com desenvolvimento das atividades e engajamento dos alunos, esses problemas em grande parte fossem sanados ou, em outros casos, houve abandono do aluno ao Programa. Nem sempre os alunos que iniciavam nas atividades as finalizavam com sucesso. Foram oito meses que foram divididos em duas etapas e que na Escola Municipal Senador Humberto Lucena operaram de forma distintas e em momentos diferenciados, no entanto, vamos focar na primeira etapa da execução do programa, os primeiros cinco meses (de Agosto a Novembro de 2017).

A escola tinha alunos com defasagem no ensino-aprendizagem, então, o reforço ofertado pelo programa foi de grande valia para aqueles que porventura estavam sem acompanhar os níveis de suas turmas regulares também passaram a interagir e compartilhar com colegas de suas novas turmas formadas pela equipe do PNME com problemas semelhantes na aprendizagem. Desse modo, os alunos ficavam mais à vontade para dizer o que não sabiam e tirar suas dúvidas com os mediadores de aprendizagem. Com relação às dificuldades encontradas pelos coordenadores e a gestão escolar para a execução do PNME, observaremos as respostas no quadro abaixo:

Quadro 3: Sobre as dificuldades encontradas pelos coordenadores e a gestão escolar

01	Coordenador Municipal L.A.	Falta de espaço físico
02	Coordenador Facilitador L.M.	Falta de espaço; desinteresse dos alunos; cumprimento da carga horária (15h).
03	Gestão escolar I.F.	Não tiveram dificuldades.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Os principais pontos relacionados às dificuldades de realização das atividades do Programa Novo Mais Educação citados foram estrutura física do prédio e as condições do espaço, que não eram favoráveis ao programa, tampouco ao número de alunos, obrigando

assim a utilização de novas alternativas e espaços educativos para desenvolver as ações. Mas, de fato, a proposta desse projeto e a ampliação das áreas de conhecimento e aproveitamento da cultura local, dos prédios históricos, das praças, compreendiam assim uma educação não formal para a construção da cidadania, ressignificando os lugares de sua cidade. Para Gohn, a educação não formal designa um processo com várias dimensões, tais como:

Aprendizagem política dos direitos dos indivíduos, capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio de aprendizagem de habilidades, ou desenvolvimento de potencialidades, aprendizagem e exercício por meio de prática que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltados para a solução de problemas coletivos e cotidianos, aprendizagem de conteúdos que possibilite aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao se redor (GOHN, 2006, p. 2).

De acordo com Gohn, a educação não formal socializa os indivíduos, desenvolvendo hábitos, atitudes, comportamentos, modos de se expressar no uso da linguagem, tratando-se de um processo de socialização dos indivíduos.

De acordo com as repostas dos entrevistados, o programa ofertou aulas de campo trabalhando a cultura local, como a aula na comunidade Cruz da Menina, comunidade quilombola, que está à margem da cidade, muita rica nos projetos artísticos, contando com artesãs de cerâmica, grupo de dança, uma escola, diversidade cultural, religiosa, econômica, dentre outros. Essa aula de campo foi extremamente produtiva, pois trabalhou diversas competências pedagógicas. Para Gohn (2006), a educação não formal poderá desenvolver como resultados uma série de processos tais como: consciência e organização de como agir e grupos coletivos; construção de concepção de mundo e sobre o mundo; contribuição do sentimento de identidade com uma dada comunidade.

Outras vivências foram realizadas no âmbito da educação não formal, como a visita a Granja do Município, a Pedreira, ao Museu, às Igrejas, espaços que enriqueceram a diversidade cultural e educacional dos alunos. Segundo o coordenador facilitador L.M, essa atividade de fato contribuiu e destacou a diversidade do município, dando vozes à cultura existente na região. Essas atividades se desenvolviam de forma dinâmica e organizada, lúdica e em sua realização o principal objetivo era a interação e compartilhamento de saberes. O processo de ensino aprendizagem, segundo relato do coordenador facilitador L.M, se desenvolvia com a realização de atividades diversificadas, como capoeira, xadrez, dança, karaokê, disputas com jogos e gincanas educativas. Todas sendo acompanhadas com visitas casuais da equipe pedagógica e reuniões de planejamento efetivadas por ele. Segundo Lima e Sousa (2015, p. 124) “entendemos que as oficinas do Programa Mais Educação (PME), se mostram favoráveis ao desenvolvimento cognitivo e social, contribuindo para a mobilização

da aprendizagem dos alunos dos anos finais (6ºano ao 9ºano) do Ensino Fundamental”. Essas oficinas tem um importante trabalho focado na educação para a cidade, como respeito, dignidade e reponsabilidade entre sujeitos, para formação de uma sociedade cidadã.

O perfil desses jovens adolescentes que frequentavam as atividades é em sua maioria em situação de vulnerabilidade social, carência econômica e emocional, baixa renda, beneficiários de programas sociais, com baixo rendimento escolar. Com a adesão ao Programa Novo Mais Educação, esses alunos tinham acesso à Educação Integral, alimentação com base nutricional, atendimento psicológico, tudo isso porque o programa firmou parcerias com outras secretarias municipais das quais podemos elencar como as que são responsáveis pelo transporte, pela assistência social e pela saúde. Sendo assim, para qualquer identificação necessária de encaminhar algum aluno a esses serviços, a coordenação efetivava a notificação.

Outro aspecto sensível do programa trata dos pontos apontados como positivos (contribuição do programa) e negativos (não contribuíram), dos quais os entrevistados destacam:

Quadro 4 – Pontos Negativos da execução do Programa

01	Coordenador Municipal L.A	Falta de espaços adequados para a realização das oficinas, escassez de formação em todas as áreas oferecidas.
02	Coordenador Facilitador L.M	Funcionar sem espaço adequado, visar quantidade e não qualidade.
03	Gestão escolar I.F	Falta de espaço para realização das oficinas.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Observamos nas respostas acima que o ponto negativo mais citado pelos entrevistados foi à falta de espaço adequado para a execução do programa, o que segundo eles prejudica as atividades e enfraquece o nível de aprendizado. Por outro lado, cria alternativas e sugestões que os levam para aprender além dos muros da escola. Outro ponto sensível ao debate de Educação Integral está citado pelo coordenador facilitador que atuou na escola, segundo L.M, a estratégia do Programa Novo Mais Educação de visar mais a quantidade e menos a qualidade, o que compromete o trabalho dos atores e conseqüentemente o processo de ensino-aprendizado dos alunos do Programa. Quanto maior o número de participantes, maior o desafio de acolher e promover aulas com qualidade para que de fato estes alunos possam aprender e desenvolver suas habilidades. Os profissionais que atuaram neste Programa conseguiram entender bem esta lógica, relatando que programas como este só terão sentindo

se de fato estiverem associados, planejados e executados viabilizando o aumento da qualidade da educação.

Em seguida, no quadro 5, os entrevistados vão elencar os pontos positivos que o PNME, desenvolveu na escola.

Quadro 5 - Pontos positivos do Programa

01	Coordenador Municipal L.A	A oferta de uma educação integrada nas diversas áreas cultural, esportiva e artística.
02	Coordenador Facilitador L.M	Tirar os alunos do ócio, incentivar os estudos, auxiliar no processo de ensino-aprendizagem.
03	Gestão escolar I.F	Aprendizado dos alunos, e as parcerias com outras secretarias e órgãos públicos do Município.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

A Educação Integral promove uma diversidade de oferta de áreas da educação e amplia os espaços educativos para a formação integral do aluno, “As trilhas educativas são percursos nos quais os processos pedagógicos se dão para além dos muros da escola, o que inclui praças, parques, ateliês, bicos, estúdios, oficinas, empresas, museus, teatros, cinemas, parques de diversões, centros esportivos, bibliotecas, livrarias, etc.” (SILVA; SILVA, 2013, p. 705). Tudo isso num processo de gestão intersetorial, pois trabalha com ações integradas interligando as demais secretarias, como pontua I.F. e como previsto pelo programa. Dessa forma, o programa usou o termo intersetorialidade como elemento da gestão inovadora e democrática (SILVA; SILVA, 2013, p. 705). É importante ressaltar, como destacou Gadotti (2009, p. 37), que

Todas as escolas precisam ser de Educação Integral, mesmo que não sejam de tempo integral. Trata-se de oferecer mais oportunidades de aprendizagem para todos os alunos. A escola de tempo integral deve proporcionar estudos complementares e atividades de esporte, cultura, lazer, estudos sociais, línguas estrangeiras, cuidados de saúde, música, teatro, cultivo da terra, canto, ecologia, artesanato, corte e costura, informática, artes plásticas, potencializando o desenvolvimento da dimensão cognitiva e ao mesmo tempo afetiva e relacional dos alunos, entre outras.

A resposta do coordenador L.M, destaca a importância de preencher o tempo ocioso dos alunos, empregando-os em atividades que visem contribuir com seu desenvolvimento intelectual.

Trata-se de uma ampliação do período de permanência dos alunos na escola que tende por qualificar um processo de ensino aprendizagem no âmbito da realidade do seu público. O Programa Novo Mais Educação, segundo coordenador municipal L.A, foi acompanhado por

um sistema de avaliação e monitoramento que foi instituído pela Portaria do MEC nº1.144/2016, onde estabeleceu que uma das diretrizes do programa fosse monitorar e avaliar periodicamente a execução e os resultados do PNME. Este Programa junto da Secretaria de Educação Básica (SEB) deveria pactuar metas de aprendizagem a serem alcançadas (BRASIL, p. 35, 2018).

Foi no sistema CAED, que disponibilizaram as avaliações constituídas por testes, e relatórios, que visavam obter resultados do desenvolvimento do Programa, com base em indicadores confiáveis. O sistema disponibilizou testes periódicos, onde possibilitou o diagnóstico da situação de aprendizagem dos estudantes (BRASIL, p.35, 2018). Depois de aplicados os testes, era aberta uma plataforma onde eram inseridos os dados das avaliações iniciais e finais, respeitando as habilidades de cada turma. Esses dados davam um parecer sobre o desenvolvimento dos alunos nas proficiências de Português e Matemática, ofertados pelo programa como reforço escolar. O processo de avaliação do PNME, nas oficinas de acompanhamento pedagógico (Português e Matemática) considerou os resultados dos testes, e nas oficinas de esporte, lazer e cultura, destacou e valorizou a história e cultura local do município.

Alguns fatores foram determinantes para o perfil dos alunos contemplados pelo Programa Novo Mais Educação, a saber: a vulnerabilidade social, a carência econômica e o baixo rendimento escolar, tendo em vista que a população do Município de Dona Inês não tem muitas oportunidades empregatícias e precisa dispor de programas sociais para manter ou complementar a renda da família, dentre eles, podemos destacar o Bolsa Família, assim consta nas matrículas registradas neste período. Os alunos eram também oriundos de áreas rurais, filhos de agricultores e de funcionários públicos, de acordo com as respostas dos Coordenadores e gestor escolar que atuaram nesse período. “Uma grande parte desses alunos que participavam do programa são advindas da zona rural do Município, porém ainda escassa pelo número de habitantes devido à falta de conhecimento dos pais sobre Educação Integral” (coord. Municipal L.A). De acordo com Sehnem e Peripolli (2013, p. 61),

A educação deveria servir como instrumento de mudança da sociedade. Para isso, o ensino deveria desenvolver uma consciência crítica, possibilitando o aluno a uma atuação como cidadão de direitos, em busca da transformação social em que está inserido. Nessa sociedade, marcada por desigualdades sociais, pela pobreza de uma grande parcela da população, por baixos níveis de escolarização, associados a formas de exclusão econômica e política, ainda acredita que se estudar, vai garantir melhor emprego e, conseqüentemente, melhor renda e assim viverá melhor.

A educação promove mudanças e através dela que se constrói uma sociedade mais justa e ela que media conhecimento, que possibilita oportunidade e cria alternativas para o

desenvolvimento social. As políticas públicas são responsáveis por criar e ampliar a vivência desses projetos que viabilizam uma construção compartilhada de saberes e práticas, com atividades educativas diferenciadas.

Mas, por via de fatos, o que tem no contexto da escola não responde a essas expectativas educativas. Além do desinteresse coletivo, as metodologias de ensino têm sido cada vez mais desafiadoras, tendo em vista a capacidade dos alunos de criar suas próprias estratégias para aprender, apesar das circunstâncias que se encontram na escola e fora dela e a tecnologia que está em curso atualmente. Por isso, a proposta do Programa Novo Mais Educação (PNME), estendeu sua metodologia para métodos mais práticos, realizações de atividades através do lúdico, utilização de material concreto para execução de projetos, adequando-os à realidade dos alunos.

Ao final da experiência do Programa na escola foi concretizada uma apresentação cultural sobre a história da cidade, intitulada “Dona Inês, Nosso Município Nossas Raízes”, uma belíssima apresentação que destacou a cultura local, a economia, comidas típicas, danças e outros aspectos históricos que constroem a realidade desse povo. Foi apresentado em cada oficina um aspecto da cultura, economia, religiosidade, dança afro. Uma experiência, segundo os Coordenadores e Gestão Escolar considerada exitosa.

Para os coordenadores e a gestão escolar, o Programa teve êxito nos resultados obtidos na realização nesse período na escola, pois contribuiu com o aprendizado dos alunos, aumentando consideravelmente o rendimento na proficiência em Português e Matemática segundo dados do IDEB como também influenciaram no comportamento em relação ao patrimônio público, destacou a história local e desenvolveu o protagonismo de seus habitantes em sua história.

5 CONCLUSÃO

A discussão abordada neste trabalho visou contribuir para o debate sobre Educação Integral, Política Pública da Educação e a ampliação de novas práticas e projetos que envolvam a sociedade no processo educativo, assim como o município, pensando numa educação para todos. Os programas e projetos aqui explanados foram determinantes na construção de políticas educacionais, na realização de novas articulações e participação social, envolvendo a cidade, todos num processo de educação integrada, uma vez que a educação se dá num seguimento contínuo durante a vida do educando.

A realidade da maioria das famílias brasileiras é o trabalho, e dos filhos é a escola. É nesta conjuntura que se faz necessário que escolas operem integralmente, criando um conjunto de políticas públicas educacionais integradas no território, ampliando o acesso à educação junto à sociedade.

É necessário construirmos uma educação que forme para a cidadania, destacando e valorizando a cultura, o esporte, o lazer, a arte, assim como a realidade subjetiva. Uma educação que instrua para respeitar as diferenças, construindo e ampliando os espaços educativos. É necessário ainda colaborarmos com a construção de uma sociedade democrática baseada nos princípios da liberdade e equidade, assim garantidas na nossa Carta Magna, uma vez que temos dentro das escolas toda a demanda social.

Nesta perspectiva, o Programa Novo Mais Educação (PNME) adentrou a escola Municipal Senador Humberto Lucena, com suas estratégias e propostas pedagógicas para promover a ampliação da jornada escolar. Na escola, o PNME destacou um desenvolvimento na aprendizagem dos alunos, desvendou talentos na música e na dança. Porém, para a coordenação Municipal houve uma quebra muito grande em relação ao que se refere à cultura e patrimônio, nos meses finais do programa.

Como podemos observar os recursos destinados aos programas em sua grande maioria demoraram a serem disponibilizados na plataforma PDDE, diante disso, a escola interrompeu as atividades e, conseqüentemente, interrompeu o ciclo contínuo, havendo uma quebra do ensino e no desenvolvimento das habilidades e ações do programa.

Dessa maneira, consideramos que as dificuldades encontradas para dar continuidade às atividades do PNME, perpassam por várias instâncias, desde sua formulação no papel, nas leis, na execução na escola, destinação de verbas, orçamento pequeno para a demanda, burocracia e por último, consideramos de extrema importância à falta de investimento de infraestrutura nas escolas. Apesar de o programa destinar uma verba para aquisição de materiais e adequação de espaços, algumas escolas – e aqui destaco a experiência na escola Senador Humberto Lucena – não dispõem de lugares específicos, pois a demanda é maior que a oferta.

Percebe-se que as leis e resoluções subsidiam esses projetos. No caderno de orientações do programa ficaram claros os caminhos que ele percorreu para alcançar êxito, mas, infelizmente, não foram suficientes na prática para garantir o sucesso das ações realizadas pelo programa, precisa-se de muito mais para fazer educação, precisamos ir muito além de leis: a prática, o campo, a escola é que constituem as áreas de atuação, onde nossa preocupação se estende, onde tudo acontece, evidenciando as brechas, os problemas e as dificuldades para a realização do projeto.

A execução do PNME na escola trouxe algumas lacunas que de fato precisam ser repensadas, e aqui citamos o Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico (IDEB) da escola, atualizado recentemente e divulgado pelo Instituto Nacional de Educação e Pesquisa (INEP), o qual comprovou que mesmo a instituição sendo contemplada pelo Programa Novo Mais Educação, nos anos anteriores, e tendo uma sala de correção de fluxo, sendo acompanhada por reforço escolar e tendo a disponibilização de diversos atendimentos intersetoriais, tudo isso não foi suficiente para garantir o aumento e a meta projetada pelo INEP. Destacamos que em 2019 houve uma queda considerável no IDEB. Em 2017 o resultado foi de 4,8 e em 2019 foi de 4,3. Muitos fatores podem ser incisivos neste resultado, o principal pode ter sido a taxa de reprovação da escola no ano de 2019, tendo uma média de 11,5% de reprovação dos seus alunos. Como é possível que uma escola aparentemente tão completa não esteja alcançando suas metas educacionais?

Logo, é importante destacar que precisamos repensar nossas práticas e aprender com as nossas experiências. Não é fácil competir com a tecnologia, com outras adversidades que porventura possam estar presentes na vida desses jovens. Tudo muda, tudo se transforma. Precisamos também avançar com as nossas práticas, e por isso é importante esse tema, e tantos outros que nos levem à reflexão e à adequação de propostas pedagógicas alternativas, que valorizem a vida e o cotidiano do sujeito e que o coloque como protagonista da sua história e, conseqüentemente, do processo educativo.

A nossa escola ainda é tradicional e exige que o “aluno” passe pelo menos quatro horas sentados de frente para um quadro que não é mais atrativo. A escola mudou⁵, o mundo mudou, então se faz necessário repensar novas engrenagens, abordar a realidade dos alunos, construir um planejamento de educação integrada à cidade, à família, à escola e às novas tecnologias, para trazer esse aluno novamente para o ambiente escolar, onde ele possa se encontrar nas suas especificidades.

Outro problema constantemente citado pelos entrevistados foi à falta de profissionais capacitados para atender as oficinas (o Caderno de Orientações disponibilizou cursos de aperfeiçoamento online para os profissionais, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), Instituto Península, UNDIME e CONSED, possibilitando qualificação profissional aos envolvidos no Programa). A disponibilidade e oferta desses cursos não garantiu o acesso, mas criou a possibilidade de ampliar o conhecimento por área de atuação, possibilitando a formação e qualidade da sua prática pedagógica.

O Programa Novo Mais Educação está extinto atualmente pelo desgoverno do presidente Jair Bolsonaro, mas essa discussão é importantíssima, pois, evidencia práticas educativas, e a partir dela nos permite repensar novas alternativas e projetos que ampliem a jornada escolar, e que possam ser debatidos, criando oportunidades, e agendas para a realização e continuação da educação na perspectiva integrada. Muito mais do que pensar o aumento da carga horária escolar, precisamos construir uma educação de qualidade, que promova equidade e liberdade para nossas crianças e adolescentes, com intuito de formar pessoas esclarecidas dos seus direitos, mas, sobretudo, entendidos dos seus deveres enquanto cidadãos e pessoas críticas, pensantes, atuantes, para construir uma sociedade justa.

Apesar do momento difícil que estamos atualmente vivenciando em nosso país, a luta nos espera, o sonho de que a educação possa garantir qualidade de vida, formando cidadãos, abordando conceitos de uma educação crítica e autônoma, precisa perseverar em nós. É na escola que se forma a sociedade, é na escola que construímos profissões, mediamos conhecimento, aprendemos com o dia-a-dia, fazemos passeios, adentramos debates na sociedade, cuidamos da saúde social. É necessário pensar a educação como um investimento para a construção social: quem investe em educação dificilmente terá que investir em segurança pública, pois a educação é o pilar da construção de uma sociedade.

⁵ Referimo-nos em escola não enquanto instituição, mas sim como comunidade: os alunos, os pais, a sociedade. O que nos leva a compreender que as práticas tradicionais precisam ser revistas, para uma educação transformadora, pois, a escola já se transformou.

Essa pesquisa trouxe um pouco sobre a experiência de um município que vivenciou a Educação Integral no modelo Novo Mais Educação. Que a partir dela possamos conhecer o programa e propor novas continuidades desse projeto, prosseguindo na perspectiva do ensino integral de qualidade.

Neste momento em que vivenciamos uma pandemia que nos obrigou a adotar uma educação no modelo remoto/ não presencial, um desafio que nos tirou mais uma vez da zona de conforto e nos obrigou a criar alternativas para nos adequarmos ao novo normal: criar estratégias, discutir novos projetos e adequações para atender essa demanda social.

Neste momento, faz-se necessário que a reconstrução prática desses planos de Educação Integral discuta novos projetos, novas alternativas para esses adolescentes e crianças não perderem o vínculo com a escola. Mais do que nunca estamos diante de grandes desafios educacionais. Sigamos o processo educativo, que é um caminho constante e longo, que está distante de encontrar seu destino. Enquanto isso, continuemos construindo debates em busca de melhorar nossa prática.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Raquel Gomes de Andrade; SOUZA, Ana Ruth Barbosa de. Educação Integral – do prescrito ao concretizado: reflexões sobre uma experiência em João Pessoa-PB. In: MOREIRA, Orlandil de Lima. LIMA, Maria Margareth. **Educação Integral e direitos Humanos**: implicações pedagógicas e culturais. João Pessoa: Ed.CCTA, 2015, p. 73-97.
- BRASIL. **Caderno de Orientação Pedagógica – Mais Educação**, MEC, 2014.
- BRASIL. **Caderno de Orientação Pedagógica – Novo Mais Educação**, versão II, MEC, 2018.
- BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/dona-ines/panorama>. Acesso em: 20 set. 2020.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Lei nº 9.394/96**. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. **Plano Nacional de Desenvolvimento pela Educação (PNDE)**, 2001-2011.
- BRASIL. **Portal MEC**: Sistema de monitoramento. Disponível em: portal.mec.gov.br. Acesso em: 20 set. 2020.
- BRASIL. **Resultado do IDEB 2019**. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado>. Acesso em: 20 set. 2020.
- FARIA, Teresa Cristina Leandro. Reflexões sobre a implantação do programa Mais Educação na rede Municipal de ensino de Natal, RN. **Quipus**. Ano1, v.1, dez/2011-mai. 2012.
- GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil**: inovações em processo. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. (Educação Cidadã; 4) 65 p.
- GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, vol. 35, nº 3, mai./jun., 1995, p. 20-29.
- GOHN, M. G. Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social. **Meta**: Avaliação, Rio de Janeiro, v.1, nº. 1, jan./abr. 2009, p. 28-43.
- LECLERC, G. F.E, MOLL. Jaqueline. Programa Mais Educação: avanços e desafios para uma estratégia indutora da Educação Integral e em tempo Integral. **Educar em Revista**. Curitiba, nº. 45, jun./jul, 2012, p. 91-110.
- LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em Educação**: Abordagens Qualitativas. São Paulo, ed. Pedagógica e Universitária, 1986. p. 43-48.
- MOLL, Jaqueline et all. **Caminhos da Educação Integral o Brasil, direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012. Dados eletrônicos.
- MOREIRA, Orlandil de Lima. LIMA, Maria Margareth. **Educação Integral e direitos Humanos**: implicações pedagógicas e culturais. João Pessoa: Ed.CCTA, 2015. 352p.

SALES, Kelson Ferreira; MENEZES, Ana Célia Silva. Educação integral: contribuições e desafios advindos da aprendizagem significativa e da pedagogia crítica. In: MOREIRA, Orlandil de Lima. LIMA, Maria Margareth. **Educação Integral e direitos Humanos: implicações pedagógicas e culturais**. João Pessoa: Ed.CCTA, 2015, p. 23-35.

SCALON, Celi. Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate. **Contemporânea**. n.º. 1. p. 49-68. Jan-Jun. 2011.

SEHNEM, Gelsa Oliveira; PERIPOLLI, Odimar João. Projeto Mais Educação: limites e possibilidades da educação em tempo integral. **Revista Eventos Pedagógicos**. v. 4, n.º 2, ago./dez., 2013, p. 57-67.

SILVA, Jamerson Antônio de Almeida da; SILVA, Katharine Ninive Pinto. A hegemonia às avessas no Programa Mais Educação. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.** Vol. 94, n.º 238, Brasília, set./dez. 2013, p. 701-720.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA-UEPB

CENTRO DE HUMANIDADES- OSMAR DE AQUINO- CAMPUS III
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Questionário para realização de uma pesquisa de TCC sobre o PNME 2017, na escola Senador Humberto Lucena.

- 1) Nome do profissional, e área de atuação:
- 2) Tempo de atuação, e experiências profissionais:
- 3) Nome da Escola:
- 4) Quantas escolas foram contempladas com o PNME no município durante este período (2017/2018)?
- 5) Houve formação para a equipe do PNME antes e durante seu desenvolvimento?
- 6) Como esteve dividida a equipe da escola SHL?
- 7) Qual espaço físico da escola?
- 8) Quantos professores atuaram na escola?
- 9) Qual o funcionamento da escola, horário regular e horário integral (PNME)?
- 10) Quantos alunos foram atendidos pela escola?
- 11) Como foi feito o acompanhamento dos alunos pela equipe escolar?
- 12) Quais disciplinas foram ofertadas pela escola?
- 13) Quais critérios foram adotados para a adesão ao PNME?
- 14) Quais programas ofertados pelo governo federal a escola contemplou com 2017/2018?
- 15) Quais foram às normas adotadas para a iniciação do PNME na escola?
- 16) Quais dificuldades encontradas pelos alunos para frequentar as atividades do PNME?
- 17) Como se posicionaram os pais de alunos diante da proposta do PNME na escola? Quais dificuldades encontradas por eles?
- 18) O aluno que frequentou o PNME estava assistido por algum programa social do governo?
- 19) Como foi feita a escolha dos atores do PNME?
- 20) Como foi feito o acompanhamento das oficinas do PNME?
- 21) Qual foi a média de aceitação do programa PNME pelos alunos da escola?
- 22) Quais foram as dificuldades relatadas pelos alunos no decorrer do programa?
- 23) Quantos alunos frequentaram o PNME 2017?
- 24) Como se desenvolveu o PNME na escola?
- 25) Quantos atores estavam atuando pelo PNME na escola? Quem eram? Tinham formação? Quais critérios foram adotados para a escolha da equipe?
- 26) Como era feito o ressarcimento dos atores que atuavam no PNME?
- 27) Como se dava o processo ensino-aprendizagem dos alunos durante o programa?
- 28) Houve mudanças ou permanências no processo de ensino-aprendizagem?
- 29) Quais as dificuldades encontradas para o desenvolvimento do programa?

- 30) A escola ofereceu alternativas para o desenvolvimento do programa?
- 31) O PNME teve alimentação diferenciada ou acompanhada por alguma nutricionista?
()SIM ()NÃO
- 32) O PNME teve alguma parceria com outras secretarias do município?
()SIM ()NÃO
- 33) Quantas alimentações foram ofertadas pelo Programa na escola, durante sua atuação?
- 34) Quais foram os critérios para a oferta desse modelo de educação na escola (prioridades)?
- 35) A escola disponibilizou atendimento psicológico para seus alunos?
()SIM ()NÃO
- 36) Quais os pontos positivos do PNME na escola?
- 37) Quais os pontos negativos do PNME na escola?
- 38) Qual o perfil do alunado do PNME? Como foi à participação dos alunos no PNME nesse período?
- 39) O PNME ofertou aulas de campo durante sua execução?
- 40) Qual a metodologia adotada pelos professores do PNME?
- 41) Quais os resultados obtidos com a realização do PNME na escola?
- 42) Qual tempo de duração do programa?
- 43) O PNME foi acompanhado por algum sistema de monitoramento?
- 44) A finalização do programa trouxe quais contribuições para a educação do município na sua opinião?

Assinatura do entrevistado

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável _____ o(a) _____ aluno(a) _____ de _____ graduação _____, do curso de _____ da Universidade Estadual da Paraíba, que pode ser contatado pelo e-mail _____ e pelos telefones (83) _____ e (83) _____. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com alunos, professores, pais, coordenadores e/ou gestores visando, por parte do(a) referido(a) aluno(a) a realização de um trabalho de conclusão de curso (TCC). Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita ou realizada por meio de formulário/questionário impresso para ser preenchido por mim. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista ou do formulário/questionário da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Assinatura

Guarabira- PB, ___ de _____ de 2020.

CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Eu, _____ (nome do responsável),
_____ (cargo ocupado no local onde a pesquisa será realizada, por exemplo, ‘diretor do Hospital da Saúde’), tenho ciência e autorizo a realização da pesquisa intitulada _____ (inserir título da pesquisa) sob responsabilidade do pesquisador _____ (inserir nome do pesquisador responsável) no _____ (inserir o nome do local onde a pesquisa será realizada). Para isto, serão disponibilizados ao pesquisador _____ (inserir o que será disponibilizado ao pesquisador, se somente o uso do espaço físico, se documentos para análise, por exemplo ou mesmo, o que metodologicamente será realizado no local).

(Cidade), (data).

(nome completo do responsável e cargo ocupado no local onde a pesquisa será realizada)